SOCIEDADE BENEFICENTE ISRAELITA BRASILEIRA - HOSPITAL ALBERT EINSTEIN

CNPJ 60.765.823/0001-30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

INTRODUÇÃO

A Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein (Einstein) foi fundada pela comunidade judaica da cidade de São Paulo em 4 de junho de 1955 e, desde então, exerce um papel importante para diversos públicos e comunidades nos Sistemas Único de Saúde (SUS) e de Saúde Suplementar. O Einstein atua na prestação de serviços de assistência no ensino e na pesquisa relacionada à Saúde, bem como desenvolvimento de atividades filantrópicas. Na assistência à saúde tem atividades no segmento de medicina diagnóstica, atenção primária, pronto atendimento e hospitalar. Em 2017, o Einstein deu continuidade as suas atividades, bem como o desenvolvimento de iniciativas voltadas à melhoria da qualidade, segurança, redução de desperdícios e efetividade de processos. O Einstein possuía cerca de 330 mil usuários ativos atendidos no Sistema Suplementar e cerca de 1,0 milhão com acesso pelo SUS. Os atendimentos são realizados por 13,2 mil colaboradores e 8,8 mil médicos credenciados.

	Ano 2017					
Estrutura	Saúde Suplementar	Δ 17/16	Sistema Único de Saúde (SUS)	Δ 17/16	Total	Δ 17/16
Hospital	1	0,0%	2	0,0%	3	0,0%
Leitos	627	-0,5%	416	2,0%	1.043	0,5%
Salas de cirurgia	40	0,0%	15	0,0%	55	0,0%
Unidades Ambulatoriais	6	0,0%	22	0,0%	28	0,0%
Produção						
Paciente-dia (mil)	181,6	-2,3%	155,6	5,6%	337,2	1,2%
Saídas (mil)	52,7	0,8%	25,7	0,8%	78,4	0,8%
Pacientes cirúrgicos	32.433	-0,6%	9.223	5,5%	41.656	0,7%
Partos	4.501	4,8%	8.680	10,4%	13.181	8,4%
Exames (mil)	5.356,7	0,4%	2.707,4	7,2%	8.064,1	2,6%
Atendimentos no Pronto Atendimento (mil)	339,8	1,2%	598,6	40,4%	938,5	23,2%
Consultas ambulatoriais (mil)	348,9	-11,4%	629,5	-6,2%	978,4	-8,2%

DESTAQUES DO ANO

• Encerramento do triênio (2015-2017) do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (PROADI-SUS), em parceria com o Ministério da Saúde, Secretarias Estadual e Municipal de Saúde de São Paulo, em que foram desenvolvidos 25 projetos nos quais foram aplicados R$ 791,9 milhões no triênio e R$ 243,1 milhões no ano de 2017;
• Investimentos de R$ 363,7 milhões em expansão e atualização de ativos;
• Implantação do sistema de gestão hospitalar Cerner, com investimento de R$ 206,7 milhões;
• Inauguração da Eretz.bio, uma incubadora para fomentar o empreendedorismo e inovação em saúde;
• Início da implantação de um novo modelo ambulatorial na Clínica Cuidar, com acesso voltado aos colaboradores.

MERCADO

A crise econômica dos últimos anos tem afetado o nível de emprego do País, com impactos tanto na Saúde Suplementar como no SUS. Dados preliminares da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) mostram que a Saúde Suplementar encerrou o ano de 2017 com 47,3 milhões de beneficiários de planos médico-hospitalares, uma redução de 0,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. A redução dos últimos anos nos beneficiários com acesso à Saúde Suplementar aumentou a procura pelos serviços do SUS, o que dificultou o atendimento das demandas da população, num momento em que os governos sofreram uma frustação de arrecadação de receitas. Para 2018, existe a expectativa de um crescimento em torno de 2,5% do Produto Interno Bruto. O consumo deve seguir positivamente influenciado pelo menor endividamento das famílias, melhorias na geração de emprego formal e maior concessão de crédito ao consumidor, mas a incerteza sobre a continuidade da agenda de reformas poderá colocar em risco o ritmo do crescimento, em particular se a retirada de estímulos monetários globais se intensificarem. A inflação deve seguir em níveis baixos, permitindo níveis historicamente menores da taxa de juros. Para a Saúde Suplementar, o impacto da recuperação econômica deverá ser mais lento, pois as operadoras de planos de saúde têm tido dificuldade de repassar o aumento da sinistralidade e dos custos correspondentes aos contratantes. O SUS deverá sofrer o impacto do desequilíbrio entre a demanda e a disponibilidade de recursos em função dos déficits públicos.

RESULTADOS FINANCEIROS

A Receita Líquida atingiu R$ 2.726,6 milhões, um crescimento de 8,2% sobre o ano anterior, reflexo da melhoria do mix com o crescimento dos atendimentos oncológicos e cirúrgicos. Os Custos e Despesas Operacionais foram de R$ 2.498,4 milhões, impactado pelo início da amortização do sistema Cerner e depreciação de outros ativos. O Resultado Operacional Líquido foi de R$ 228,2 milhões, 3,6% superior ao do ano anterior. O Superávit do Exercício foi de R$ 255,5 milhões, 1,3% menor do que o ano anterior em função do menor resultado financeiro, reflexo da queda da taxa de juros. O Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA) atingiu R$ 376,1 milhões, um crescimento de 10,3% sobre o ano anterior.

QUALIDADE, SEGURANÇA E MEIO-AMBIENTE

A XIX Exposição da Qualidade contou com a participação de 400 projetos em 10 categorias, tendo sido premiadas 27 equipes de trabalho. Foram concluídos 109 projetos *Lean Six Sigma*, destacando-se melhorias na produtividade dos exames de imagem, na ampliação do serviço de coleta domiciliar, na mitigação de riscos estruturais, operacionais e ambientais para os equipamentos de alto valor agregado e no fluxo de faturamento de contas hospitalares. Foi realizado o 3º Fórum Latino-Americano de Qualidade e Segurança do Paciente, em parceria com o *Institute for Healthcare Improvement* (IHI) com 2.662 participantes de diversos países e continentes, 110 horas de palestras e 89 palestrantes de 9 países. As visitas de segurança chamadas de *Safety Huddles*, para a discussão diária dos problemas e riscos foram ampliadas para diversas áreas do hospital e passaram a ter a participação de diretores. O número de eventos adversos catastróficos reduziu-se em 68% e de eventos adversos graves em 55%. Em 11 meses do ano não houve casos de infecção de trato urinário associado a cateter vesical. Foi instituído o Curso de Formação em Segurança do Paciente, com a certificação de 51 colaboradores e foram criados os Comitês Locais de Segurança do Paciente.

Segurança do Colaborador

O Einstein trabalhou em 6 projetos relacionados com as principais causas de acidentes de trabalho: comportamento seguro; segurança ao caminhar, segurança no trajeto; gestão de riscos ocupacionais; gestão de atividades de risco e incidentes biológicos. Essas ações contribuíram para reduções de 53% na taxa dos incidentes com afastamento, 17% nos incidentes de trajeto e 46% dos Incidentes Biológicos, todos em relação ao ano anterior. Os treinamentos alcançaram mais de 15 mil colaboradores e prestadores de serviços. O Einstein tornou-se a 1ª Instituição de Saúde no Brasil signatária da Campanha Mundial Vision Zero - Compromisso Internacional em busca do Dano Zero, recebeu o Prêmio Proteção Brasil 2017 na Categoria Formação e Comunicação SST como reconhecimento pelos esforços na melhoria da segurança do colaborador.

Meio Ambiente

O Einstein recebeu a recertificação na ISO 14001, e foram formados 40 auditores internos na nova versão da norma, com 960 horas de treinamento. Foi concluído o Projeto *Change Belt* voltado ao Processo de Gestão dos Requisitos Legais Ambientais. Na gestão ambiental, houve reduções no descarte de resíduos comuns (-8,7%) e infectantes (-8,4%), aumento na geração de resíduos recicláveis (+13,2%), na emissão de gases de efeito estufa (+12,9% em Frota Própria e Óleo Diesel) e associadas ao consumo de Óxido Nitroso (+1,1%). Houve reduções de água (-3,4%) e gás natural (-5,6%), mas discreto crescimento no consumo de energia elétrica (+0,4%).

ENSINO E PESQUISA

Foi o segundo ano do curso de Graduação em Medicina e teve a entrada de mais 100 alunos, totalizando 197. O número de residentes atingiu 184, um crescimento de 10,8% sobre o ano anterior, a Escola Técnica matriculou 713 alunos, um crescimento de 3,6% sobre o ano anterior e a Graduação em Enfermagem atingiu 246 alunos, com o início de uma nova turma de 50 alunos no 2º semestre. O número de alunos matriculados nos cursos de Pós-Graduação *lato sensu* foi de 4.002, um crescimento de 9,1% sobre o ano anterior. O Ensino a Distância fechou o quarto ano de operação com 5.710 alunos, um crescimento de 62% em relação a 2016. O Mestrado Profissional em enfermagem conta com 33 alunos e a Pós Graduação *stricto sensu* com 117 alunos. Os Eventos realizados durante o ano contaram com 14.532 participantes, um crescimento de 15,7%. O número de horas de treinamento por colaborador foi de 44 horas. O número de citações de trabalhos científicos atingiu 2.606, um crescimento de 94%. Foram aprovados 262 novos projetos de pesquisa e há 559 em andamento.

INOVAÇÃO

Foi inaugurada a Eretz.bio, uma incubadora para fomentar o empreendedorismo e inovação em saúde. O espaço, localizado na Vila Mariana, tem capacidade para abrigar até 15 *startups* simultaneamente, oferecendo infraestrutura completa de escritório e acesso a estrutura laboratorial diferenciada, além de atividades, palestras e *workshops* voltados ao setor de saúde. Como estratégia, inúmeros projetos têm sido desenvolvidos no conceito de inovação aberta. Neste sentido, mais de 1.000 startups já procuraram o Einstein, cerca de 500 foram avaliadas presencialmente e 15 parcerias estabelecidas, envolvendo cooperação técnica, co-desenvolvimento de produtos, pesquisa clínica e investimentos.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

Ativo	2017	2016
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	4.292	3.093
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (Nota 7)	602.795	658.094
Contas a receber de clientes (Nota 8)	537.808	531.592
Estoques (Nota 9)	69.427	62.093
Adiantamentos a empregados	11.096	11.870
Outros ativos	19.717	63.732
	1.245.135	1.330.474
Não circulante		
Ativos financeiros mantidos até o vencimento (Nota 7)	159.515	14.151
Contas a receber de clientes (Nota 8)	1.373	2.990
Depósitos judiciais (Nota 17)	83.570	85.928
Imóveis disponíveis para venda	3.589	4.075
Outros ativos	20.805	3.970
Intangível (Nota 10)	233.510	205.455
Imobilizado (Nota 11)	1.802.892	1.615.207
	2.305.254	1.931.776
Total do ativo	3.550.389	3.262.250

Passivo e patrimônio líquido	2017	2016
Circulante		
Financiamentos (Nota 12)	48.468	36.870
Fornecedores (Nota 13)	197.994	180.859
Obrigações com pessoal e encargos sociais (Nota 14)	229.939	215.115
Projetos designados (Nota 15)	21.062	14.579
Adiantamentos - receitas a apropriar (Nota 16)	10.453	10.300
Adiantamentos de clientes	9.826	8.071
Outras contas a pagar	8.998	1.179
	526.740	466.973
Não circulante		
Financiamentos (Nota 12)	246.660	293.949
Adiantamentos - receitas a apropriar (Nota 16)	52.564	26.808
Provisão para contingências (Nota 17)	12.109	12.692
Projetos designados (Nota 15)		5.004
	311.333	338.453
Total do passivo	838.073	805.426
Patrimônio social	2.456.824	2.198.032
Superávit acumulado	255.492	258.792
Patrimônio líquido (Nota 18)	2.712.316	2.456.824
Total do passivo e patrimônio líquido	3.550.389	3.262.250

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

	2017	2016
Receitas operacionais		
Atividade hospitalar e de medicina diagnóstica (Nota 19)	2.529.563	2.358.351
Atividade de ensino e pesquisa (Nota 20)	111.391	89.792
Outras receitas operacionais (Nota 21)	85.639	71.810
	2.726.593	2.519.953
Despesas operacionais		
Medicamentos, descartáveis, materiais e outros (Nota 22)	(576.631)	(569.876)
Pessoal, encargos sociais, benefícios e terceiros (Nota 23)	(1.675.155)	(1.558.932)
Despesas gerais (Nota 24)	(187.578)	(201.999)
Provisão para Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional - SUS (Nota 27)	(51.081)	4.348
Depreciação e amortização (Nota 10 e 11)	(147.956)	(120.931)
Reparos e conservação de bens	(46.213)	(43.875)
Recuperação de despesas (Nota 28)	186.180	191.484
	(2.498.434)	(2.299.781)
Superávit operacional	228.159	220.172
Resultado financeiro (Nota 25)		
Receitas financeiras	72.612	96.103
Despesas financeiras	(45.279)	(57.483)
	27.333	38.620
Superávit do exercício	255.492	258.792

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Em milhares de reais

	Patrimônio social	Superávit acumulado	Total
Em 31 de dezembro de 2015	1.973.471	224.561	2.198.032
Incorporação do superávit acumulado	224.561	(224.561)	
Superávit do exercício		258.792	258.792
Em 31 de dezembro de 2016	2.198.032	258.792	2.456.824
Incorporação do superávit acumulado	258.792	(258.792)	
Superávit do exercício		255.492	255.492
Em 31 de dezembro de 2017 (Nota 18)	2.456.824	255.492	2.712.316

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	255.492	258.792
Ajustes para reconciliar o superávit do exercício com o caixa		
Depreciação e amortização	147.956	120.931
Valor residual do ativo permanente baixado	2.051	574
Juros e variações monetárias provisionados sobre financiamentos	1.211	16.256
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e glosas	21.310	42.583
Provisão para estoques obsoletos	939	993
Provisão para contingências	7.601	13.253
Provisão para remuneração variável e outros	74.086	67.349
Provisão para programa de apoio ao desenvolvimento - SUS	39.081	(4.348)
	549.727	516.383
Variações nos ativos e passivos circulantes e não circulantes		
Contas a receber de clientes	(25.909)	(86.082)
Estoques	(8.273)	24.799
Adiantamento a empregados	774	(1.564)
Depósitos judiciais	2.359	(14.500)
Outros ativos	27.180	(8.064)
Imóveis disponíveis para venda	486	
Fornecedores	17.135	35.566
Obrigações com pessoal e encargos sociais	(59.262)	(41.237)
Projetos designados	(37.602)	4.540
Adiantamentos de clientes	1.755	(2.693)
Adiantamentos - receitas a apropriar	25.909	10.363
Provisões para contingências (pagamentos)	(8.184)	(14.711)
Outras contas a pagar	7.820	(1.625)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	493.915	421.175
Juros pagos	(28.558)	(40.436)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	465.357	380.739
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aumento (redução) dos ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado	55.299	(33.205)
Aumento (redução) dos ativos financeiros mantidos até o vencimento	(145.364)	(4.491)
Aquisição de Imobilizado e intangível	(365.747)	(307.769)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(455.812)	(345.465)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Captações de financiamentos	15.633	
Pagamentos de financiamentos	(23.979)	(39.712)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(8.346)	(39.712)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.199	(4.438)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.093	7.531
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4.292	3.093

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 INFORMAÇÕES GERAIS: A Sociedade Beneficente Israelita Brasileira - Hospital Albert Einstein, designada "Sociedade", foi criada em 1955 e o Hospital Israelita Albert Einstein inaugurado em 1971. A Sociedade é uma associação civil sem fins lucrativos, com sede e foro em São Paulo - SP, dedicada à assistência da saúde, prestando serviços por meio de unidades médico-hospitalares e ambulatoriais e realizando atividades de ensino e pesquisa, com permanente compromisso com a qualidade e excelência. A Sociedade tem também forte atuação no desenvolvimento social através de projetos, na assistência à saúde, convênios e parcerias com a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo e Ministério da Saúde, bem como o atendimento de necessidades de comunidades específicas. A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria Eleita e Mesa Diretora da Sociedade em 26 de março de 2018.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade 2015/ITG 2002 (R1), que alterou a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - "Entidade sem Finalidade de Lucros", considerando o custo histórico como base de valor apurado no caso dos ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **2.2 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **2.3 Ativos financeiros: 2.3.1 Classificação:** A Sociedade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: Mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. **(b) Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Sociedade compreendem "Contas a receber de clientes", "Demais contas a receber", "Depósitos judiciais" e "Caixa e equivalentes de caixa". **(c) Ativos mantidos até o vencimento:** São ativos financeiros adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício, usando o método da taxa de juros efetiva. **2.3.2 Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Sociedade tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis e ativos mantidos até o vencimento são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado Financeiro", no período em que ocorrem. Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Sociedade estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria Sociedade.

continua →

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 27/03/2018 09:12:37.
Nº de Série do Certificado: 2121938ADB6794C1D4B881C30BF37B9C1D3D2F1A
[Ticket: 27249942] - www.imprensaoficial.com.br

continuação

SOCIEDADE BENEFICENTE ISRAELITA BRASILEIRA - HOSPITAL ALBERT EINSTEIN

CNPJ 60.765.823/0001-30

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3.3 Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Sociedade ou da contraparte. **2.4 *Impairment* de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Sociedade avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Sociedade pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. No decorrer do exercício, a Sociedade avaliou os ativos financeiros e não encontrou evidência objetiva que levasse estes ativos ao teste de *impairment*, exceto pela provisão para créditos de liquidação duvidosa apresentada na Nota 8. **2.5 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação do serviço no curso normal das atividades da Sociedade. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa e glosas ("PCLD" ou *impairment*). Na prática, a Sociedade efetua análise de sua carteira de recebíveis para determinação dos valores de provisão, quando existe uma evidência objetiva de que a administração da Sociedade não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Portanto, são normalmente reconhecidas ao valor faturado e a faturar, ajustados pela provisão para *impairment*, se necessária. **2.6 Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação de estoques é o da média ponderada móvel e, em geral, compreendem os materiais de utilização na operação da Sociedade (materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo, etc.). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda e a provisão para estoques obsoletos (*impairment*) que possuem lenta movimentação (180 dias sem giro). **2.7 Outros ativos - circulante e não circulante (realizável a longo prazo):** São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. **2.8 Depósitos judiciais:** Existem situações em que a Sociedade questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por decisão da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Os depósitos judiciais estão apresentados no realizável a longo prazo, e atendem a definição de ativo financeiro (direito contratual de receber caixa), são classificados na categoria de empréstimos e recebíveis e mensurados pelo custo amortizado, isto é, atualizados monetariamente pela taxa básica de juros (SELIC) e índice de correção da poupança. A atualização monetária é reconhecida de acordo com sua natureza e apresentada no grupo de receitas ou despesas financeiras. **2.9 Ativos não circulantes mantidos para venda:** Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa. Estes são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, menos os custos de venda. A Sociedade eventualmente recebe doações de imóveis com características residenciais, os quais depois de concretizada a transferência legal e física do bem, são prontamente disponibilizados para venda, e quando vendidos, os respectivos recursos são aplicados integralmente na manutenção dos objetivos da Sociedade, uma vez que fatores como a localização e característica física do imóvel, inviabilizam a transformação do mesmo para compor a operação da Sociedade. **2.10 Ativos intangíveis - *Software:*** As licenças de *software* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir *software* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de três a quinze anos. Os custos associados à manutenção de *software* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Sociedade, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *software* e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em períodos subsequentes. Os custos de desenvolvimento de *software* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a quinze anos. **2.11 Imobilizado:** Terrenos e edificações compreendem, principalmente, unidades hospitalares, unidades ambulatoriais, de ensino e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos a depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou de construção dos itens. O custo histórico também inclui os custos dos encargos sobre financiamentos tomados para a construção do imobilizado e que são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme segue:

Classe	2017	2016
Edificações	8 a 60	8 a 60
Máquinas e Equipamentos	15 a 30	15 a 30
Instalações	7 a 25	7 a 25
Equipamentos Médicos	2 a 17	2 a 17
Móveis e Utensílios	8 a 15	8 a 15
Equipamentos Laboratoriais/Medição	8 a 12	8 a 12
Equipamentos de Informática	5 a 12	5 a 12
Veículos	10	10
Instrumentais	4	4

Historicamente a Sociedade não efetua a alienação de seus principais itens do imobilizado, senão quando se tornam inservíveis. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.12). Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais" na demonstração do resultado. **2.12 *Impairment* de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos a amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. **2.13 Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado. **2.14 Financiamentos:** Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Sociedade tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.15 Benefícios a empregados: (a) Benefícios pós-emprego:** A Sociedade não possui planos de pensão ou outras obrigações pós-aposentadoria e reconhece os custos de demissões quando do encerramento do vínculo empregatício de funcionários. **(b) Remuneração variável:** O reconhecimento da remuneração variável ou prêmio é efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Sociedade, *vis-a-vis* as metas estabelecidas pela administração, estando apresentado na rubrica "Obrigações com pessoal e encargos sociais". **2.16 Outros passivos - circulante e não circulante:** Os demais passivos circulante e não circulante são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos. **2.17 Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Sociedade tem simultaneamente uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa de desconto que reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.18 Patrimônio líquido:** A Sociedade aplica integralmente, na forma da legislação aplicável, seus recursos na manutenção de seus objetivos, conforme divulgado e apresentando na demonstração das mutações do patrimônio líquido. **2.19 Reconhecimento de receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Sociedade. A receita é apresentada líquida de abatimentos e descontos. A Sociedade reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, conforme descrição a seguir. A Sociedade baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviços. **(a) Prestação de serviços - atividade hospitalar de medicina diagnóstica e de ensino:** A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a execução dos serviços realizados até a data-base do balanço, compreendendo parcelas já faturadas e outras a faturar pelos serviços prestados. **(b) Outras receitas operacionais:** Outras receitas são substancialmente provenientes de estacionamento, aluguéis e doações. As outras receitas operacionais são reconhecidas no período da efetivação das doações e/ou no período em que os serviços são prestados. **(c) Receitas financeiras:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa efetiva de juros. **2.20 Conversão em moeda estrangeira transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para reais utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

3 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS: A Sociedade faz estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro, baseada na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão divulgadas abaixo. **(a) Redução ao valor recuperável de contas a receber:** A provisão para redução ao valor recuperável destes créditos é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas em sua realização. A política contábil para estabelecer a provisão requer a análise individual das faturas de clientes inadimplentes em relação às medidas de cobrança adotadas por departamento responsável, e de acordo com o estágio de cobrança, é estimado um montante de provisão a ser constituída, que pode representar um percentual do título de acordo com o histórico ou sua totalidade. **(b) Provisão para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas:** A Sociedade é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda considera as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência consolidada, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a opinião dos advogados externos. A administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras. **(c) Vida útil estimada dos bens imobilizados:** A Sociedade utiliza uma vida útil estimada para calcular e registrar a depreciação aplicada em seus ativos imobilizados. A Sociedade realiza anualmente avaliações de vida útil aplicada em seus ativos imobilizados e efetua mudanças na vida útil caso identifique mudanças significativas ou alterações nas circunstâncias em que as estimativas se baseiam.

4 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO: 4.1 Fatores de risco financeiro: As atividades da Sociedade a expõem a alguns riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco é realizada segundo as políticas aprovadas pelo comitê de finanças. Todas as transações financeiras são identificadas, avaliadas e protegidas contra eventuais riscos financeiros. O comitê de finanças estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como a cambial, taxa de juros, crédito, uso de instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excedentes de caixa. **(a) Risco de mercado: (i) Risco cambial:** O risco associado decorre da possibilidade de a Sociedade vir a incorrer em perdas por flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Sociedade não possuía financiamentos ou outros passivos e ativos em montantes relevantes denominados em moedas estrangeiras. **(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:** O risco associado é oriundo da possibilidade de a Sociedade incorrer em perdas por flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Sociedade monitora as taxas de juros de mercado, com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas, considerado baixo, uma vez que os passivos estão atrelados, substancialmente à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI). **(b) Risco de crédito:** A política de prestação de serviços da Sociedade está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios, principalmente no tocante ao atendimento aos convênios médicos e pacientes particulares. Face à atividade, existe uma concentração de operações e recebíveis com as principais operadoras de planos e seguradoras de saúde. As aplicações financeiras têm sido mantidas, substancialmente, em fundos exclusivos estruturados com bancos de primeira linha (Banco Safra S.A., Banco Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco S.A., Banco do Brasil S.A. e Sulamérica Investimentos DTVM S.A.), buscando equilíbrio entre o risco de insolvência e a maximização dos rendimentos. Tais aplicações refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços. **(c) Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma regular pela administração para assegurar que a Sociedade tenha caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros por seus valores nominais (não descontados) não derivativos da Sociedade, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até à data contratual do vencimento.

	Menos de um ano (i)	Entre um e dois anos (i)	Entre dois e cinco anos (i)	Acima de cinco anos (i)
Em 31 de dezembro de 2017				
Financiamentos (Nota 12)	48.468	43.661	83.451	119.548
Fornecedores e outras obrigações (ii)	197.994			
Em 31 de dezembro de 2016				
Financiamentos (Nota 12)	36.870	52.675	203.808	37.466
Fornecedores e outras obrigações (ii)	180.859			

(i) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas na escolha da Sociedade. (ii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação. **4.2 Gestão de patrimônio social:** Os objetivos da Sociedade ao administrar seu patrimônio social são os de salvaguardar a continuidade das operações para a manutenção de seus objetivos sociais. A Sociedade monitora o patrimônio social com base na disponibilidade de caixa e índice de alavancagem financeira. A disponibilidade de caixa é monitorada pela relação do saldo de caixa e aplicações financeiras sobre a receita líquida. O índice de alavancagem corresponde à dívida líquida dividida pelo patrimônio social total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos, incluindo curto e longo prazos, deduzindo do caixa e aplicações financeiras. Do total da dívida bruta (R$ 295.128), deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa, dos ativos financeiros a valor justo e mantidos até o vencimento de R$ 766.602, resulta em uma posição positiva de R$ 471.474 para a Sociedade, em 31 de dezembro de 2017 (2016 positiva de R$ 344.519). **4.3 Estimativa do valor justo:** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Sociedade para instrumentos financeiros similares. O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

5 INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA:

	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Ativos mantidos até o vencimento	Total
31 de dezembro de 2017				
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Depósitos judiciais	83.570			83.570
Contas a receber de clientes, excluindo pagamentos antecipados (*)	537.808		1.373	539.181
Ativos financeiros mensurados a valor justo através do resultado		602.795	159.515	762.310
Caixa e equivalentes de caixa	4.292	–	–	4.292
	625.670	602.795	160.888	1.389.353

(*) Os pagamentos antecipados estão excluídos do saldo "Contas a receber de clientes", uma vez que essa análise é exigida somente para instrumentos financeiros.

	Outros passivos financeiros
31 de dezembro de 2017	
Passivo, conforme o balanço patrimonial	
Financiamentos	295.128
Fornecedores, excluindo obrigações legais (*)	197.994
	493.122

(*) As obrigações decorrentes da legislação estão excluídas do saldo de fornecedores, uma vez que essa análise é exigida somente para instrumentos financeiros.

	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Ativos mantidos até o vencimento	Total
31 de dezembro de 2016				
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Depósitos judiciais	85.928			85.928
Contas a receber de clientes, excluindo pagamentos antecipados (*)	531.592		2.990	534.582
Ativos financeiros mensurados a valor justo através do resultado		658.094	14.151	672.245
Caixa e equivalentes de caixa	3.093			3.093
	620.613	658.094	17.141	1.295.848

(*) Os pagamentos antecipados estão excluídos do saldo "Contas a receber de clientes", uma vez que essa análise é exigida somente para instrumentos financeiros.

	Outros passivos financeiros
31 de dezembro de 2016	
Passivo, conforme o balanço patrimonial	
Financiamentos	330.819
Fornecedores, excluindo obrigações legais (*)	180.859
	511.678

(*) As obrigações decorrentes da legislação estão excluídas do saldo de fornecedores, uma vez que essa análise é exigida somente para instrumentos financeiros.

6 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:

	2017	2016
Recursos em bancos e em caixa	4.292	3.093
	4.292	3.093

7 ATIVOS FINANCEIROS:

	2017	2016
Fundos de investimento - renda fixa	65.958	48.450
Fundos de investimento - exclusivos	696.352	623.795
	762.310	672.245
Ativos financeiros mantidos até o vencimento		
Não circulante	(159.515)	(14.151)
	(159.515)	(14.151)
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	602.795	658.094

As aplicações financeiras vêm sendo mantidas, substancialmente, em fundos de investimento exclusivos, que possuem liquidez e cujas rentabilidades buscam atrelar-se às taxas de juros do mercado de renda fixa nacional,

continua

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 27/03/2018 09:54:13.
Nº de Série do Certificado: 2FBFF231F67953761A5B98E81155C319BC912C6E
[Ticket: 27250414] - www.imprensaoficial.com.br

continuação

SOCIEDADE BENEFICENTE ISRAELITA BRASILEIRA - HOSPITAL ALBERT EINSTEIN

CNPJ 60.765.823/0001-30

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

notadamente à taxa de juros do CDI. Os investimentos mantidos nesses fundos são registrados pelo valor de realização e, em sua maioria, não possuem vencimentos predeterminados, podendo ser resgatados a qualquer momento pela Sociedade. Os ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento referem-se, substancialmente, a Letras Financeiras de Bancos Privados e possuem vencimentos entre 2019 e 2023. A Sociedade mantém como garantia o equivalente a 30% do saldo remanescente da dívida referente a uma captação, via cédula de crédito bancário (CCB), em quotas do fundo Tanzanita (Itaú-Unibanco). Os fundos exclusivos, líquidos das obrigações de taxa de administração e outras despesas, são compostos como a seguir demonstrado:

	2017	2016
Fundos de investimento exclusivos		
Títulos privados		
Certificados de Depósitos Bancários (CDBs)	59.054	39.527
Debêntures e notas de crédito	21.451	932
Letras financeiras - Bancos privados	243.163	67.418
Operações compromissadas	86.293	169.097
Fundos de investimentos - outros fundos DI	34.188	
Títulos públicos		
Operações compromissadas - lastro em títulos públicos	72.909	324.043
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	179.294	22.778
	696.352	623.795

8 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES:

	2017	2016
Convênios e seguradoras	304.098	320.792
Particulares	145.533	146.324
Instituto de ensino e pesquisa	12.902	7.713
Contas a receber faturadas	462.533	474.829
Receita a faturar (i)	129.685	117.258
	592.218	592.087
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(53.037)	(57.505)
	539.181	534.582
Circulante	537.808	531.592
Não circulante	1.373	2.990

(i) Refere-se a serviços já prestados, apontados de acordo com os prontuários e apontamentos individuais, para os quais as faturas ainda não foram emitidas. As contas a receber de clientes e demais contas a receber da Sociedade são mantidas em reais. A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. Os vencimentos das contas a receber faturadas, tem a seguinte composição:

	2017	2016
Vencidos		
Até 30 dias	17.026	17.983
De 31 a 60 dias	9.645	7.594
De 61 a 90 dias	11.834	7.548
De 91 a 180 dias	16.822	20.548
De 181 a 360 dias	25.620	26.208
Acima de 360 dias	35.519	38.487
	116.466	118.368
A vencer	346.067	356.461
	462.533	474.829

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa *(impairment),* das contas a receber de clientes é a seguinte:

	Total
Em 31 de dezembro de 2015	(45.517)
Baixas incobráveis	30.595
Complemento	
Glosas	(11.991)
Devedores duvidosos	(30.592)
Em 31 de dezembro de 2016	(57.505)
Baixas incobráveis	25.778
Complemento	
Glosas	(1.322)
Devedores duvidosos	(19.988)
Em 31 de dezembro de 2017	(53.037)

Não foram identificados saldos e transações para os quais o ajuste a valor presente fosse aplicável e relevante.

9 ESTOQUES:

	2017	2016
Medicamentos e materiais	57.123	52.248
Adiantamentos para aquisição de estoques	12.849	9.906
Almoxarifado	2.624	2.169
Provisão para perdas	(3.169)	(2.230)
	69.427	62.093

O custo dos estoques reconhecidos como despesas e incluídos em "Despesas operacionais - medicamentos, descartáveis, materiais e outros" totalizou R$ 576.631 (2016 - R$ 569.876).

10 INTANGÍVEL: (a) Composição:

	Custo	Amortização acumulada	2017 Líquido	2016 Líquido
Software	331.577	(159.799)	171.778	86.346
Intangível em andamento (*software* em desenvolvimento)	61.732		61.732	119.109
	393.309	(159.799)	233.510	205.455

A Sociedade vem registrando no ativo intangível os gastos relacionados ao desenvolvimento de tecnologia da informação (*software*), os quais são amortizados pelo prazo máximo de quinze anos. **(b) Movimentação:**

	2017	2016
Saldo no início do exercício	205.455	161.597
Adições		
Software	31.495	52.096
Intangível em andamento (*software* em desenvolvimento)	24.895	10.061
Total de adições	56.390	62.157
Amortizações	(28.335)	(18.299)
Saldo no final do exercício	233.510	205.455

11 IMOBILIZADO: (a) Composição:

	Custo	Depreciação acumulada	2017 Líquido	2016 Líquido
Terrenos	121.044		121.044	102.115
Equipamentos médicos	555.174	(326.262)	228.912	207.408
Equipamentos de processamento de dados	142.174	(100.669)	41.505	35.182
Veículos	1.192	(688)	504	359
Máquinas, móveis, utensílios e instalações	564.425	(301.659)	262.766	259.336
Instrumentais e aparelhamentos	61.292	(33.024)	28.268	21.176
Edificações				
Complexo Morumbi	843.236	(243.160)	600.076	586.833
Unidade Avançada - Alphaville	31.228	(2.921)	28.307	28.022
Unidade Avançada - Ibirapuera	29.536	(7.039)	22.497	14.495
Unidade Avançada - Jardins	18.124	(8.343)	9.781	8.411
Unidade Avançada - Perdizes	63.247	(8.269)	54.978	55.811
Unidade Administrativa - Francisco Morato	20.430	(6.566)	13.864	13.158
Residencial Israelita Albert Einstein	27.956	(6.051)	21.905	22.647
Paraisópolis	5.063	(1.771)	3.292	4.192
Outros imóveis	96	(29)	67	216
Benfeitorias em imóveis de terceiros				
Unidade Faria Lima	25.561	(7.325)	18.236	3.726
Unidade Paulista	3.260	(1.122)	2.138	613
Unidade Avançada Shopping Cidade Jardim	846	(846)		
Unidade Belo Horizonte	1.877	(406)	1.471	1.846
Creche	3.955	(1.757)	2.198	2.281
Imobilizado em andamento (i)	341.083		341.083	247.380
	2.860.799	(1.057.907)	1.802.892	1.615.207

(i) Os principais projetos na rubrica de Imobilizado em Andamento em 31.12.2017 foram: Centro de Ensino e Pesquisa; Unidade Chácara Klabin; Reforma da Cozinha Morumbi; Unidade de Ensino Paulista; entre outros.

(b) Movimentação:

	2017	2016
Saldo no início do exercício	1.615.207	1.472.801
Adições		
Terrenos	18.929	14.470
Equipamentos médicos	59.820	68.669
Equipamentos de processamento de dados	19.307	17.438
Máquinas, veículos, móveis, utensílios e instalações	43.042	56.289
Instrumentais e aparelhamentos	13.394	15.684
Edificações	61.162	46.725
Imobilizado em andamento	93.703	26.337
Total de adições	309.357	245.612
Baixas	(2.051)	(574)
Depreciação		
Equipamentos médicos	(35.211)	(31.960)
Equipamentos de processamento de dados	(15.352)	(11.283)
Máquinas, veículos, móveis, utensílios e instalações	(37.513)	(34.882)
Instrumentais e aparelhamentos	(6.416)	(3.751)
Edificações	(25.129)	(20.756)
Total de depreciação	(119.621)	(102.632)
Saldo no final do exercício	1.802.892	1.615.207

A renovação dos ativos da Sociedade é realizada periodicamente com base na avaliação da vida útil e conservação. De forma concomitante, a Sociedade acompanha as inovações e tendências do segmento médico-hospitalar, mantendo todo o seu complexo operacional dentro de padrões de excelência. Os financiamentos estão garantidos pelo complexo das unidades Morumbi, Perdizes e Ibirapuera, que reúnem terrenos, edificações e instalações, no valor de R$ 983.886, R$ 54.978 e R$ 22.497 respectivamente, já líquidos de depreciação, vide Nota 12.

12 FINANCIAMENTOS:

	2017	2016
Financiamentos (Itaú, BNDES e FINEP)	295.128	330.819
	295.128	330.819
Circulante	48.468	36.870
Não circulante	246.660	293.949

O montante a longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano	2017	2016
2018		24.679
2019	43.661	44.120
2020	45.603	42.569
2021	37.848	40.673
2022	37.848	34.814
2023	37.848	34.814
2024	37.503	34.814
2025	6.253	34.689
2026	96	2.777
	246.660	293.949

Compõem-se como segue: Financiamento obtido com o BNDES - FINEM para as obras do Plano Diretor (expansão física e tecnológica da Sociedade) no valor de R$ 248.944, sendo R$ 236.208 já liberados e atualizados referentes à primeira e segunda fases, com juros de 2,80% a.a. acrescidos da TJLP. Como garantia, a Sociedade hipotecou seu complexo hospitalar no valor de R$ 886.769 já líquidos de depreciação, conforme demonstrado na Nota 11. Para o referido financiamento, foi obtida Suplementação no valor total de R$ 127.666, sendo R$ 91.586 já liberados em 2011 e atualizados, com juros de 2,80% a.a. acrescidos da TJLP. Saldo em 31 de dezembro de 2017 R$ 0 (2016 - R$ 3.898). Financiamento obtido com o BNDES - Inovação (Telemedicina) para a disponibilização de serviços completos de telemedicina de urgência à distancia e à implantação de infraestrutura para desenvolvimento de serviços de telemedicina, no valor total de R$ 20.156, sendo R$ 6.029 já liberados em 2015, R$ 8.127 em 2017, com juros de 0,52% a.a. acrescidos da TJLP. Como garantia, a Sociedade ofereceu carta de fiança, prestada pelo Banco Safra. Saldo em 31 de dezembro de 2017 R$ 12.793 (2016 - R$ 5.882). Financiamento com o Banco Itaú Unibanco S/A, no valor total de R$ 250.000, com o objetivo de suportar os investimentos para fins de aquisição, construção e reforma ou ampliação de unidades, bem como novos projetos. Como garantia, a Sociedade cedeu fiduciariamente o equivalente a 30% do saldo a amortizar do financiamento, através de cessão fiduciária de cotas do fundo Tanzanita (Banco Itaú). Saldo em 31 de dezembro de 2017 R$ 237.128 (2016 - R$ 266.048). Financiamento obtido com o BNDES - FINEM para a construção e aparelhamento da Unidade Avançada Perdizes - Higienópolis, no valor total de R$ 44.642, sendo R$ 43.720 liberados em 2011 e 2012 e atualizados, com juros de 2,55% a.a. e 3,55% a.a. acrescidos da TJLP e outro subcrédito deste mesmo financiamento juros fixos de 5,42% a.a. Como garantia, a Sociedade hipotecou o próprio imóvel objeto do financiamento, no valor de R$ 55.811 já líquidos de depreciação, conforme demonstrado na Nota 11 (b). Saldo em 31 de dezembro de 2017 R$ 1.255 (2016 - R$ 8.688). Programa BNDES Saúde, com financiamento obtido para a construção e aparelhamento da nova Unidade Avançada Alphaville e outras obras na Unidade Morumbi e Vila Mariana, valor total de R$ 55.837, já liberados e atualizados, com juros de 2,35% a.a. acrescidos da TJLP. Como garantia, a Sociedade hipotecou o imóvel da Unidade Ibirapuera (em 1º grau), e também em 2º grau o imóvel da Unidade Perdizes, nos respectivos valores de R$ 14.495 e R$ 55.811 já líquidos de depreciação, conforme demonstrado na Nota 11 (b). Saldo em 31 de dezembro de 2017 R$ 27.168 (2016 - R$ 35.779). Foi contratado financiamento com a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) para "Expansão do Instituto Israelita de Ensino e Pesquisa - IIEP", no valor total de R$ 200.585, sendo divididos em dois créditos: Subcrédito A, no valor de R$ 59.444, sobre o qual incidirão pro rata tempore, juros compostos de TJLP acrescidos de 5% a.a. a título de SPRE-AD, reduzidos por equalização equivalente a 6% a.a.; e subcrédito B no valor de R$ 141.141, sobre o qual incidirão juros de 4% a.a. (liberado R$ 10.485 no mês outubro de 2014 e R$ 7.571 no mês de janeiro de 2017). Para cada repasse efetivado pela FINEP será descontado a taxa de 0,85% a título da "Taxa de Inspeção e Vigilância". Saldo em 31 de dezembro de 2017 R$ 16.784 (2016 - R$ 10.524). O ajuste a valor presente não é aplicável, uma vez que esses financiamentos reúnem características próprias, sendo as condições definidas nos correspondentes contratos aplicáveis a qualquer empresa, assim como estando sua concessão limitada a financiamento de projetos.

13 FORNECEDORES:

	2017	2016
Serviços - pessoa física	353	410
Serviços - pessoa jurídica	82.616	72.832
Materiais - nacionais	113.614	106.193
Materiais - importados	863	1.212
Outros	548	212
	197.994	180.859

14 OBRIGAÇÕES COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS:

	2017	2016
Provisão para férias e encargos sociais	111.454	105.005
Provisão para remuneração variável e outras	74.085	67.349
Imposto de renda na fonte a recolher	23.480	23.129
FGTS a recolher	9.537	9.443
INSS a recolher	6.167	5.511
Outras obrigações com pessoal e encargos	5.216	4.678
	229.939	215.115

15 PROJETOS DESIGNADOS:

	2017	2016
Passivo circulante		
Projeto Leucemia mieloide aguda ("LMA")	9.355	7.187
Projeto Amigos da oncologia e hematologia ("AMIGOH")	3.394	3.866
Projeto de pesquisa Zika Vírus	2.614	
Projeto Redução mortalidade materna	1.370	1.214
Projeto Tutoria - treinamento de transplantes	987	1.249
Projeto Programa Einstein na Comunidade Paraisópolis ("PEC")	740	
Outros	2.602	1.063
	21.062	14.579
Passivo não circulante		
Projeto Leucemia mieloide aguda ("LMA")		4.265
Projeto Programa Einstein na Comunidade Paraisópolis ("PEC")		739
		5.004

A Sociedade administra recursos recebidos para projetos designados a pesquisa e assistência, os valores recebidos e os gastos realizados são controlados através de conta contábil e centro de custo específico.

16 ADIANTAMENTOS - RECEITAS A APROPRIAR:

	2017	2016
Passivo circulante		
Contrato de exclusividade (i)	3.000	3.000
Doação de recursos financeiros (iii)	7.453	7.300
	10.453	10.300
Passivo não circulante		
Contrato de exclusividade (i)	750	3.750
Doação de terreno (ii)	9.395	9.395
Doação de recursos financeiros (iii)	42.419	13.663
	52.564	26.808

(i) Refere-se a contrato de exclusividade com determinada instituição financeira, relativo ao pagamento da folha de salários dos seus funcionários, com prazo de duração de cinco anos a partir de março de 2014. O valor total do contrato é de R$ 15.000, o qual vêm sendo apropriado ao resultado mensalmente, durante o prazo de vigência do contrato. A receita apropriada ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R$ 4.056. (ii) Em 2014 a Sociedade recebeu, a título de doação, terrenos situados na avenida Padre Lebret. O contrato de doação contém condições que impõe a construção dentro de um prazo de 5 anos, a partir da data de doação, de uma Faculdade de Medicina no terreno, e atribuir de forma permanente ao campus o nome do doador. Em conformidade com o CPC 07, o valor justo atribuído foi de R$ 9.395. (iii) A Sociedade recebeu doações formalizadas por contratos com cláusulas que as condicionam a construção da Faculdade de Medicina através de recursos financeiros. O saldo em 31 de dezembro de 2017 é de R$ 49.872 (2016 - R$ 20.963). Conforme cronograma de obras do Centro de Ensino e Pesquisa, o início está previsto para junho de 2018 e a conclusão em 2020.

17 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS: (a) Nas datas das demonstrações financeiras, a Sociedade apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	Depósitos judiciais 2017	Depósitos judiciais 2016	Passivo contingente 2017	Passivo contingente 2016
Contingências tributárias	81.206	83.459	426	409
Contingências trabalhistas	1.040	833	7.956	10.647
Contingências cíveis	1.324	1.636	3.727	1.636
	83.570	85.928	12.109	12.692

(b) A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	14.150
Adições, substancialmente atualização das contingências e novas causas	13.253
Baixas, por pagamentos de acordos logrados de causas trabalhistas	(14.711)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	12.692
Adições, substancialmente atualização das contingências e novas causas	7.601
Baixas, substancialmente por pagamentos de acordos logrados de causas trabalhistas	(8.184)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	12.109

A Sociedade é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e discute essas questões tanto na esfera administrativa, como na judicial. Os depósitos judiciais são, principalmente, decorrentes de mandados de segurança sobre a imunidade tributária e importações. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração com base na opinião de seus consultores legais externos. (c) A natureza das obrigações pode ser sumarizada como segue: (i) Tributárias - referem-se a demandas judiciais nas quais estão sendo contestadas a legalidade ou a constitucionalidade da incidência de alguns impostos, taxas e contribuições. (ii) Contingências trabalhistas e previdenciárias - tratam-se, principalmente, de reclamações de empregados relacionadas a indenizações por demissões. (iii) Cíveis - as principais ações são reclamações por indenização de danos materiais e morais. Para garantia destes riscos a Sociedade possui apólice de seguro de responsabilidade civil com cobertura considerada suficiente pela administração para os processos julgados como de perda provável. (d) Perdas possíveis e remotas, não são provisionadas no balanço. A Sociedade responde a outros processos administrativos e judiciais de natureza trabalhista, fiscal e cível. Embasada no entendimento de seus consultores jurídicos, a Administração não tem expectativa de perdas significativas no desfecho das causas, classificadas como possíveis, as quais totalizam R$ 47.982 (2016 - R$ 38.056). Consequentemente, não constituiu provisão para fazer face a eventual pagamento decorrente de desfecho desfavorável nestas questões. A Sociedade recebeu nos exercícios de 2006, 2008, 2010, 2013 e 2014, autos de infração referentes à sua desqualificação como entidade beneficente, exigindo o pagamento das contribuições sociais devidas ao INSS referente aos fatos geradores de 2003 a 2006, 2009 e 2010, no valor total de R$ 1.432.471, atualizado até 31 de dezembro de 2017 (2016 - R$ 1.365.960). O risco de perda da imunidade foi reputado como remoto pela Administração, apoiada com parecer de seu assessor jurídico, não sendo, assim, requerida a constituição de provisão correspondente a essa contingência, conforme Nota 27.

18 PATRIMÔNIO LÍQUIDO: Conforme a legislação aplicável, a Sociedade deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos, não podendo, como consequência, distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de seus resultados. Dessa forma, o superávit do exercício é integralmente incorporado ao patrimônio social.

19 RECEITAS LÍQUIDAS DA ATIVIDADE HOSPITALAR E DE MEDICINA DIAGNÓSTICA:

	2017	2016
Pacientes e convênios	2.562.077	2.388.789
Deduções da receita		
Restituição a pacientes e convênios	(1.322)	(11.991)
Descontos concedidos	(31.192)	(18.447)
	2.529.563	2.358.351

20 RECEITAS LÍQUIDAS DA ATIVIDADE DE ENSINO E PESQUISA:

	2017	2016
Mensalidades	84.327	67.459
Inscrições	11.912	10.438
Projetos de ensino e pesquisa	12.838	10.593
Outras	2.314	1.302
	111.391	89.792

21 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS:

	2017	2016
Aluguéis	24.860	23.089
Estacionamento	24.833	23.984
Doações	17.827	6.671
Outras	18.119	18.066
	85.639	71.810

Em atendimento a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade 2015/ITG 2002 (R1), as doações recebidas, sem cláusulas restritivas e que não se tratam de subvenções para custeio, são reconhecidas na rubrica "Outras receitas operacionais".

continua

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 27/03/2018 06:49:16.
Nº de Série do Certificado: 2FBFF231F67953761A5B98E81155C319BC912C6E
[Ticket: 27249908] - www.imprensaoficial.com.br

continuação

SOCIEDADE BENEFICENTE ISRAELITA BRASILEIRA - HOSPITAL ALBERT EINSTEIN

CNPJ 60.765.823/0001-30

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 DESPESAS COM MEDICAMENTOS, DESCARTÁVEIS, MATERIAIS E OUTROS:

	2017	2016
Materiais e medicamentos	499.956	498.042
Gasoterapia	2.706	3.058
Materiais de consumo	73.969	68.776
	576.631	569.876
Atividade hospitalar e de medicina diagnóstica	561.851	553.467
Atividade de ensino e pesquisa	2.692	2.704
Outras atividades operacionais	12.088	13.705
	576.631	569.876

23 DESPESAS COM PESSOAL, ENCARGOS E TERCEIROS:

	2017	2016
Pessoal		
Salários e encargos	1.260.683	1.169.116
Benefícios	136.944	128.583
Serviços de terceiros		
Mão de obra contratada	68.037	61.496
Serviços contratados	209.491	199.737
	277.528	261.233
	1.675.155	1.558.932
Atividade hospitalar e de medicina diagnóstica	1.332.744	1.255.706
Atividade de ensino e pesquisa	83.752	69.075
Outras atividades operacionais	258.659	234.151
	1.675.155	1.558.932

As despesas com serviços de terceiros referem-se, principalmente a limpeza, segurança, lavanderia, médicos, tecnologia da informação, consultorias diversas e outros.

24 DESPESAS GERAIS:

	2017	2016
Insumos	37.599	35.777
Aluguéis e condomínios	32.596	29.057
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	19.988	30.592
Propaganda e publicidade	25.590	14.055
Capacitação, instalações e obras	9.767	12.373
Outras despesas	62.038	80.145
	187.578	201.999
Atividade hospitalar e de medicina diagnóstica	62.046	96.153
Atividade de ensino e pesquisa	48.960	38.189
Outras atividades operacionais	76.572	67.657
	187.578	201.999

25 RESULTADO FINANCEIRO:

	2017	2016
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	65.261	86.263
Variações monetárias, líquidas	5.099	5.639
Juros ativos e descontos obtidos	2.252	4.201
	72.612	96.103
Despesas financeiras		
Juros passivos e descontos concedidos	(35.083)	(46.283)
Tarifas bancárias e outras despesas	(8.930)	(9.265)
Variações cambiais, líquidas	(1.266)	(1.935
	(45.279)	(57.483)
	27.333	38.620

26 TRABALHO VOLUNTARIADO: A Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - "Entidade sem Finalidade de Lucros" estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação e de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. Em decorrência da adoção da ITG 2002 (R1), o trabalho voluntário é reconhecido pelo valor justo da prestação de serviço, como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, e estão segregados pelas seguintes atividades:

	2017	2016
Atendimento e acolhimento	3.728	3.422
Educação e entretenimento	1.925	1.872
Administrativa	2.356	2.034
Assistência social	183	141
Saúde	404	423
	8.596	7.892

27 ASPECTOS TRIBUTÁRIOS: A Sociedade é uma instituição beneficente de assistência social, gozando de imunidade tributária nos termos dos artigos 150, inciso VI, alínea "c" e 195 da Constituição Federal, sendo reconhecida como de utilidade pública nos âmbitos federal, estadual e municipal, possuindo o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da saúde. Em 13 de outubro de 2016, foi publicada portaria nº 1.416, com o deferimento do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, válido até 31 de dezembro de 2017. Em cumprimento ao que dispõe o § 1º do Artigo 24, da Lei 12.101, de 27/11/2009, a entidade protocolou em 04/09/2017, tempestivamente, o seu requerimento de renovação, conforme SIPAR nº 25000.429434/2017-75, o qual se encontra aguardando análise. Até a presente data o processo com o pedido de renovação não foi concluído, estando a Entidade alcançada pelo disposto no §2º, do artigo 24, da Lei 12.101/2009, ao estabelecer que "§ 2º: a certificação da entidade permanecerá válida até a data da decisão sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado". Tal imunidade foi reconhecida judicialmente em diversos feitos versando sobre tributos tanto por meio de sentenças quanto de acórdãos confirmatórios. Conquanto haja ainda procedimentos em trâmite, o seu desfecho favorável à Sociedade tornou-se objetivamente previsível. Com efeito, é certo que a resistência ao reconhecimento da imunidade de que ora se trata, eventualmente apresentada em procedimentos administrativos e judiciais, sempre teve como base o alegado não preenchimento de requisitos impostos por lei ordinária, decretos e normas inferiores. Jamais foi questionado o cumprimento pela Sociedade dos requisitos previstos em lei complementar. Em 2 de março de 2017, ao proclamar os resultados das ações diretas de inconstitucionalidade 2.028, 2.036, 2.228 e 2.621, o Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária, decidiu que os requisitos para o gozo de imunidade por entidades beneficentes hão de estar previstos em lei complementar. Essa decisão tem o poder de vincular instâncias judiciais inferiores e administrativas, o que reafirma, agora com indubitável segurança jurídica, o acerto da administração da Sociedade ao definir-se por não registrar provisão alguma em suas demonstrações financeiras. Projetos do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do SUS: Com base na Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014, Portaria nº 628/SE/MS de 7 de agosto de 2014, Portaria nº 2.814 de 24 de dezembro de 2014 substituída pela Portaria nº 3.362 de 08 de dezembro de 2017, a Sociedade celebrou com a União, em 31 de dezembro de 2014, o Termo de Ajuste nº 01/2014 para implantar e executar projetos do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde - PROADI-SUS, para o triênio 2015 a 2017, no valor de R$ 775.000. Foram aprovados para execução no referido período 25 projetos, conforme publicação de atos administrativos no Diário Oficial da União de 29 de maio de 2015 (seção 3; páginas 96 a 100), 22 de janeiro de 2016 (seção 3; página 81), 05 de abril de 2016 (seção 3; página 108), 16 de maio de 2016 (seção 3; página 110), 07 de novembro de 2017 (seção 3; página 100); 10 de novembro de 2017 (seção 3, página 122); 17 de novembro de 2017 (seção 3, página 138); 22 de novembro de 2017 (seção 3, página 108), 06 de dezembro de 2017 (seção 3, página 114) e 29 de dezembro de 2017 (seção 3; página 132) no valor de R$ 697.507. A Sociedade encerrou o Triênio 2015-2017 com 21 projetos aprovados, sendo 7 projetos assistenciais celebrados com gestores locais, e 14 projetos de apoio pactuados diretamente com o Ministério da Saúde - MS. Em 2017, a Sociedade realizou investimentos nos projetos aprovados pelo MS e de apoio ao SUS no valor total de R$ 243.082. Considerando os investimentos já realizados e aprovados em 2016 e 2015 que somam respectivamente R$ 273.964 e R$ 273.137, o total de investimentos para o triênio totaliza R$ 790.183. As isenções fiscais gozadas nos exercícios de 2016, 2015 e 2014 somaram R$ 773.141, sendo respectivamente: (i) Cota Patronal INSS, SAT e Terceiros - R$ 203.137 (2016), R$ 180.754 (2015) R$ 162.126 (2014); (ii) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) R$ 76.152 (2016), R$ 67.851 (2015) e R$ 61.163 (2014); (iii) Programa de Integração Social (PIS) sobre Folha - R$ 9.087 (2016), R$ 8.083 (2015) R$ 4.788 (2014). Conforme regulamentado na Lei n° 12.101, Artigo 11, § 2º o recurso despendido pela entidade de saúde no projeto de apoio não poderá ser inferior ao valor da isenção das contribuições sociais usufruídas. Porém, a Portaria 3.362, Artigo 31, estabelece que caso o valor despendido no conjunto de projetos de apoio e de prestação de serviços de saúde ambulatoriais e hospitalares ao SUS vinculados ao Termo de Ajuste seja inferior ao valor da isenção das contribuições sociais usufruídas, as entidades de saúde de reconhecida excelência deverão compensar a diferença até o término do prazo de validade de sua certificação, desde que tenham aplicado, no mínimo, setenta por cento do valor usufruído anualmente com a isenção das contribuições sociais. Os investimentos da Sociedade para o triênio nos referidos projetos superaram as isenções fiscais em R$ 17.042 (R$ 790.183 de Investimentos - R$ 773.141 de Isenções fiscais). As isenções fiscais gozadas no exercício de 2017 totalizaram R$ 295.956, sendo respectivamente: (i) Cota Patronal INSS e SAT - R$ 204.055; (ii) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) R$ 82.734; (iii) Programa de Integração Social (PIS) sobre Folha - R$ 9.167. **Projeto de apoio "Estudo de custo e desfechos clínicos de pacientes internados em um hospital municipal da Cidade de São Paulo"** No triênio 2015/2017 conforme termo de ajuste nº 01/2014 celebrado entre o Ministério da Saúde e Sociedade, vinculado ao Processo/SIPAR nº: 25000.014822/2015-93 foi deliberado a continuidade do Projeto de apoio "Estudo de custo e desfecho clínicos de pacientes internados em um Hospital Municipal da Cidade de São Paulo". Referido projeto faz parte do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (PROADI-SUS). A aprovação orçamentária inicial foi de R$ 210.000 (duzentos e dez milhões de reais). No decorrer do triênio a execução do Projeto contemplou atendimentos médicos de alta complexidade e portanto se fez necessária a ampliação de leitos e majoração dos recursos para abranger atendimento de neonatologia. Em razão desses implementos ao Projeto o dispêndio foi superior e correspondeu a R$ 277.985. Vale salientar que referido Projeto superou a margem de execução admitida e a Sociedade já protocolou pedido de reavaliação e alteração de valor do Projeto permitindo assim que referida diferença seja contemplada. **Projeto de apoio "Projeto Hospital Municipal Santa Marina":** No triênio 2015/2017 o Projeto assistencial "Projeto Hospital Municipal Santa Marina" teve sua aprovação prevista no valor de R$ 33.000 (trinta e três milhões de reais) com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2017. O projeto inicial de investimento/reforma no valor de R$ 33.000 foi dimensionado em três fases, não contemplando informações detalhadas que suportassem o Projeto assistencial "Projeto Hospital Municipal Santa Marina". Deste modo, intervenções de investimentos (revisão do cronograma físico e financeiro) foram imprescindíveis para adequação do hospital objetivando atender aos pacientes, acompanhantes e colaboradores em condições apropriadas e seguras. As principais adequações foram necessárias para atender a legislação, especialmente com relação à segurança, prevenção e combate a incêndio. Esta atividade resultou no final do triênio no valor de R$ 62.593. O processo de investimento foi acompanhado e aprovado pelo Gestor Local. A Sociedade já protocolou no Ministério da Saúde pedido de aditamento ao Projeto mencionado para complementar o valor, esclarecendo detalhadamente os motivos que causaram o aumento e anexando a carta do gestor local. Na melhor interpretação da Administração desta Sociedade é classificada como possível a probabilidade de perda dos recursos excedentes investidos nestes projetos, destacando que a própria legislação reconhece uma variação de valor não superior a 10% (dez por cento).

28 RECUPERAÇÃO DE DESPESAS: A Sociedade mantém convênios com a Prefeitura Municipal de São Paulo ("PMSP"), através dos quais são administrados Unidades Básicas de Saúde (UBS), Assistências Médicas Ambulatoriais (AMA), Centro de Atenção Psicossocial e Unidades de Pronto Atendimento. Durante o ano de 2017, a Sociedade recebeu da Prefeitura Municipal de São Paulo o montante de R$ 186.180 (2016 - R$ 191.484). Os reembolsos compreendem cerca de 95% com gastos de folha de pagamento e são registrados na linha de "Recuperação de despesas".

29 SEGUROS: A Sociedade possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas contratadas são consideradas suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, com base na natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros, conforme a seguir:

Ramos	Coberturas	Vigência	Importâncias seguradas
Transportes nacionais	Transporte de mercadorias inerentes ao ramo de atividade por veículo transportador	14.07.17 a 14.07.18	500
Riscos Cíveis	Terceiros, profissionais, cibernéticos e patrimônio dos administradores	14.07.17 a 29.06.18	160.000
Riscos operacionais	Edifícios, benfeitorias, maquinismos, móveis e utensílios e lucros cessantes	29.06.17 a 29.06.19	1.250.000

30 NOVOS PRONUNCIAMENTOS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS EMITIDOS RECENTEMENTE E APLICÁVEIS EM PERÍODOS FUTUROS: IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros": aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi emitida em julho de 2014 e está vigente a partir de 1º de janeiro de 2018. Substitui a orientação incluída na IAS 39 relativa à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações introduzidas pela IFRS 9 são: (i) novos critérios para classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, que se baseia em perdas esperadas, substituindo o modelo atual de perdas incorridas; e (iii) relaxamento dos novos requisitos para a adoção de *hedge accounting*. Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas alterações estão sendo ainda avaliados e documentados. IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes": este novo padrão introduz os princípios a serem aplicados por uma entidade para determinar a medição e reconhecimento de receita. Este padrão baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido para um cliente e, portanto, o princípio do controle substituirá o princípio dos riscos e benefícios. Este padrão substituirá a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e interpretações relacionadas, e entrará em vigor em 1º de janeiro de 2018. Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas alterações estão sendo ainda avaliados e documentados. IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas alterações ainda não foram avaliados e estarão concluídos até a data da entrada em vigor da norma.

31 EVENTOS SUBSEQUENTES: A Sociedade iniciou um processo de captação de recursos que envolverá a emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") no valor total de R$400.000 (quatrocentos milhões de reais) pela empresa ÂPICE Securitizadora S. A. ("Emissora"), a qual será intermediada pelo Banco J. Safra, instituição financeira integrante do Sistema de Distribuição de Valores Mobiliários ("Coordenador Líder"), e pelo BB Banco de Investimento S.A., instituição financeira integrante do Sistema de Distribuição de Valores Mobiliários ("BB-BI" e, quando referido em conjunto com o coordenador líder, "Coordenadores"). Os CRI serão distribuídos no mercado pelos Coordenadores, sob regime de garantia firme de colocação para o valor total da emissão. A Sociedade emitirá uma Cédula de Crédito Imobiliário ("CCI"), como forma de garantia aos recebíveis envolvidos na transação.

DIRETORIA ELEITA

Sidney Klajner - Presidente
Marcos Knobel - Vice-presidente
Claudio Mifano - Vice-presidente
Nelson Wolosker - Vice-presidente
Eduardo Zlotnik - Vice-presidente
Sergio Podgaec - Vice-presidente
Gilberto Maktas Meiches - Vice-presidente
Victor Nudelman - Vice-presidente
Marcelo Giovanni Perlman - Vice-presidente

CONSELHO FISCAL

Alexandre Roberto Ribenboim Fix **Andrea Sandro Calabi** **Charles Siegmund Rothschild** **Henri Philippe Reichstul** **Jacob Jacques Gelman**

MESA DIRETORA

Claudio Luiz Lottenberg - Presidente
Claudia Politanski - Vice-presidente
Israel Vainboim - Vice-presidente
Claudio Schvartsman - Vice-presidente
Nelson Hamerschlak - Vice-presidente
Mario Fleck **Bernardo Parnes** **Oscar Fernando Pavão dos Santos** **Dominique José Einhorn**

SUPERINTENDÊNCIA

Henrique Sutton de Sousa Neves
Superintendente geral

DIRETORIA FINANCEIRA

Patricia Leisnock Santos
Diretor executivo financeiro

Fabio Gonçalves
Gerente de controladoria

Edson de Melo
Contador CRC 1SP200665/O-7

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da SBIBHAE no uso de suas competências legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017. Com base nas análises procedidas, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria e no Parecer dos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal é de opinião que o referido documento está em perfeita ordem e reflete a posição patrimonial e financeira da Sociedade.

São Paulo, 13 de março de 2018

Alexandre Roberto Ribenboim Fix **Andrea Sandro Calabi** **Charles Siegmund Rothschild** **Henri Philippe Reichstul** **Jacob Jacques Gelman**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Conselheiros

Sociedade Beneficente Israelita Brasileira - Hospital Albert Einstein

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Sociedade Beneficente Israelita Brasileira - Hospital Albert Einstein ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade Beneficente Israelita Brasileira - Hospital Albert Einstein em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e para entidades sem fins lucrativos - Interpretação Técnica ITG 2002 - "Entidade sem finalidade de lucro". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e para entidades sem fins lucrativos - Interpretação Técnica ITG 2002 - "Entidade sem finalidade de lucro" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são

continua—☆

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 27/03/2018 08:08:39.
Nº de Série do Certificado: 2121938ADB6794C1D4B881C30BF37B9C1D3D2F1A
[Ticket: 27249308] - www.imprensaoficial.com.br

continuação

SOCIEDADE BENEFICENTE ISRAELITA BRASILEIRA - HOSPITAL ALBERT EINSTEIN

CNPJ 60.765.823/0001-30

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2018

pwc

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Emerson Lima Macedo
Contador CRC 1BA022047/O-1 "S" SP

ALFA ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.

CNPJ/MF nº 46.570.800/0001-49 - NIRE 35 3 0005885 2

Ata da Assembleia Geral Extraordinária

Data: 24 de janeiro de 2018. **Horário**: 16h00min. **Local:** Sede Social, Alameda Madeira, n° 162, 11° andar, salas 1103/1104, Edifício Quebec, Alphaville Industrial, Barueri - SP. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Rubens Bution - Presidente. Antonio José Ambrozano Neto - Secretário. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a mudança de endereço da sede social. **Deliberações Tomadas por Votação Unânime -** Os acionistas deliberaram: **1.** Alterar o endereço da sede social - **Matriz** (CNPJ/MF nº 46.570.800/0001-49 e NIRE nº 35 3 0005885 2), da Alameda Madeira, n° 162, 11° andar, salas 1103/1104, Edifício Quebec, Alphaville Industrial, Barueri - SP, para Alameda Santos, n° 466, 4° andar, parte, Cerqueira César, São Paulo - SP, CEP 01418-000; **2.** Definir que em decorrência do acima deliberado, o artigo 2° do Estatuto Social passa a vigorar com a seguinte redação: "**Artigo 2º** - A sociedade tem sede na Cidade, Município e Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, que é o seu foro."; e **3.** Consolidar o Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte redação: "**Estatuto Social** da **Alfa Arrendamento Mercantil S.A. - Título I - Da Denominação, Sede, Prazo de Duração e Objeto Social** - **Artigo 1º -** A **Alfa Arrendamento Mercantil S.A.** é uma sociedade anônima que se regerá pelo presente estatuto e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. **§ Único -** Aplicar-se-ão à sociedade as normas em vigor para as instituições financeiras em geral, especialmente no que diz respeito à competência privativa do Banco Central do Brasil para a concessão das autorizações previstas no inciso IX do artigo 10 da Lei nº 4.595, de 31.12.64. **Artigo 2º -** A sociedade tem sede na Cidade, Município e Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, que é o seu foro. **§ Único -** Respeitadas as prescrições legais e regulamentares, a Diretoria da sociedade poderá instalar e suprimir dependências em qualquer lugar do país. **Artigo 3º -** O prazo de duração da sociedade é indeterminado. **Artigo 4º -** A sociedade tem por objeto exclusivamente a prática de operações de arrendamento mercantil, observadas as disposições da legislação em vigor. **Título II - Do Capital e das Ações: Artigo 5º -** O capital social é de R$178.300.000,00 (cento e setenta e oito milhões e trezentos mil reais), dividido em 20.485.056 (vinte milhões, quatrocentas e oitenta e cinco mil e cinquenta e seis) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 12.291.033 (doze milhões, duzentas e noventa e um mil e trinta e três) ordinárias e 8.194.023 (oito milhões, cento e noventa e quatro mil e vinte e três) preferenciais, inconversíveis em ordinárias. **§ Único -** As ações preferenciais não terão direito a voto nas Assembleias Gerais e são inconversíveis em outro tipo de ações com direito a voto. **Artigo 6º -** As ações preferenciais gozarão de prioridade na percepção do dividendo anual de 6 (seis por cento) sobre a parte e respectivo valor do capital representada pelas ações preferenciais, pago preferentemente a qualquer dividendo às ações ordinárias, mantendo-se e preservando-se, dessa forma, o direito originário a um dividendo anual de 6% (seis por cento) calculado sobre o valor nominal das mesmas ações. **§ Único** - Na forma do artigo 17, § 1º, inciso II, da Lei de Sociedades por Ações, as ações preferenciais terão direito ao recebimento de dividendo, por ação, pelo menos 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária. **Artigo 7º -** Poderão ser criadas, a qualquer tempo, novas classes de ações preferenciais; e poderão ser também aumentadas as classes existentes, sem guardar proporção com as demais, ressalvando-se, todavia, que o número de ações preferenciais não poderá exceder a 50% (cinquenta por cento) do capital social. **Título III - Da Assembleia Geral: Artigo 8º -** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, em um dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social; e, extraordinariamente, quando convocada por 2 (dois) Diretores, ou nos casos legais. **§ Único -** Para participar da Assembleia Geral é necessária a condição de acionista até 8 (oito) dias antes da data da realização do respectivo conclave e o depósito do instrumento de procuração, na sede social, até 5 (cinco) dias também antes do mesmo evento, no caso de representação do acionista por mandatário. **Artigo 9º -** A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Diretor Presidente, ou na sua ausência por qualquer Diretor, o qual convidará 2 (dois) dos presentes para secretariarem os trabalhos. **Título IV - Da Diretoria e suas Atribuições: Artigo 10 -** A sociedade será administrada por uma Diretoria constituída de 2 (dois) membros, no mínimo, a 4 (quatro) membros, no máximo, sendo um Diretor Presidente e de um a 3 (três) Diretores, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pela Assembleia Geral. **§ Único -** O prazo de mandato da Diretoria é de um ano, mas estender-se-á até a investidura dos novos membros eleitos. É admitida a reeleição. **Artigo 11 -** Caberá ao Diretor Presidente designar o seu substituto ou o substituto de qualquer outro membro da Diretoria, nos casos de impedimentos ou faltas; não o fazendo, caberá à própria Diretoria tal designação. **§ 1º -** No caso de vacância de cargo da Diretoria proceder-se-á da mesma forma estabelecida neste artigo, perdurando a substituição até o provimento definitivo do cargo pela primeira Assembleia Geral subsequente, servindo o substituto então eleito até o término do mandato do substituído. **§ 2º -** Considerar-se-á vago o cargo de Diretor que, sem causa justificada, deixar de exercer as suas funções por mais de 15 (quinze) dias consecutivos. **§ 3º -** As substituições previstas neste artigo, "caput", implicarão na acumulação de cargos, inclusive do direito de voto, mesmo o de qualidade, mas não na de honorários e demais vantagens do substituído. **Artigo 12 -** A Diretoria reunir-se-á por convocação do Diretor Presidente, com 5 (cinco) dias de antecedência, dispensando-se esse interregno quando participar da reunião a totalidade de seus membros. **§ 1º -** As deliberações da Diretoria serão tomadas pela maioria dos membros desse órgão e, no caso de empate, o Diretor Presidente usará do voto de qualidade. **§ 2º -** Qualquer membro da Diretoria terá o direito de credenciar um de seus pares por carta, telegrama ou telex, a fim de representá-lo nas reuniões da Diretoria, seja para a formação de "quorum", seja para a votação; e, igualmente, são admitidos votos por carta, telegrama ou telex, quando recebidos, na sede social, até o momento da reunião. **Artigo 13 -** Compete à Diretoria: a) estabelecer as normas de condução dos negócios sociais; b) quando julgar oportuno, elaborar o Regimento Interno; c) nomear e dispensar correspondentes; d) apresentar o relatório e as demonstrações financeiras de cada exercício à Assembleia Geral, depois de submetidos ao parecer do Conselho Fiscal, se em funcionamento. **Artigo 14 -** A Diretoria é investida de todos os poderes necessários à realização dos fins sociais e dependerá de prévia autorização da Assembleia Geral para contrair empréstimos em geral, outorgar avais, ou outras garantias, adquirir, onerar ou alienar bens imóveis e participações em outras empresas. **Artigo 15 -** Observado o disposto no artigo seguinte, cada membro da Diretoria é investido de poderes para representar a sociedade e praticar os atos necessários ao seu funcionamento regular, ressalvado competir, privativamente: a) ao Diretor Presidente: a.1. cumprir e fazer cumprir o estatuto social, assim como as resoluções das Assembleias Gerais e da Diretoria; a.2. representar a sociedade, ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele, especialmente para receber citação inicial e prestar depoimento pessoal, sendo a ele facultado designar e constituir procurador especial para estas duas últimas hipóteses; a.3. instalar e presidir as Assembleias Gerais; a.4. presidir as reuniões da Diretoria, usando do voto de qualidade quando houver empate nas deliberações; a.5. dirigir e superintender todos os negócios e operações da sociedade; a.6. nomear, demitir, promover, contratar, suspender e licenciar funcionários, em geral, fixando-lhes os vencimentos; b) a cada um dos Diretores: b.1. dirigir os serviços e/ou dependências da sociedade que lhe forem designados pela Diretoria e pelo Diretor Presidente; b.2. realizar qualquer operação atinente aos fins sociais, nos limites e condições estabelecidos pela Diretoria; b.3. desincumbir-se das atribuições que lhe forem cometidas, especificamente, pela Diretoria e pelo Diretor Presidente. **Artigo 16 -** Nos atos de representação em Assembleias Gerais de acionistas ou debenturistas de outras empresas, a Sociedade será representada pelo Diretor Presidente, conjuntamente com outro Diretor, podendo o Diretor Presidente designar um de seus pares para substituí-lo em tais atos. Nos demais casos e nos limites dos poderes a que se refere o artigo 14 (catorze) deste estatuto, a Sociedade considerar-se-á obrigada quando representada: a) conjuntamente, por 2 (dois) Diretores; b) conjuntamente, por um Diretor e um procurador, quando assim for designado no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele se contiverem; c) conjuntamente, por 2 (dois) procuradores, quando assim for designado nos respectivos instrumentos de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que neles se contiverem; d) singularmente, por um procurador, quando assim for designado no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele se contiverem. **§ 1º -** Nos atos de constituição de procuradores a Sociedade somente poderá ser representada: a) Pelo Diretor Presidente, conjuntamente com outro Diretor, quando o mandato for outorgado para a prática de qualquer dos atos a que se refere o Artigo 14 (catorze) deste estatuto; b) Conjuntamente, por 2 (dois) Diretores, quando o mandato for outorgado para a prática de atos ordinários de representação da Sociedade. **§ 2º -** Salvo quando para fins judiciais, todos os demais mandatos outorgados pela Sociedade terão prazo de vigência até 31 de maio do ano seguinte ao da outorga, se menor prazo não for estabelecido, o qual deverá constar sempre do respectivo instrumento de mandato. **Título V - Do Conselho Fiscal: Artigo 17 -** O Conselho Fiscal é órgão não permanente, que só será instalado pela Assembleia Geral a pedido de acionistas, na conformidade legal. **Artigo 18 -** Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros e suplentes em igual número; e a sua remuneração será fixada pela Assembleia Geral que o eleger. **§ 1º -** O Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes que a lei lhe confere. **§ 2º -** Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos nos seus impedimentos ou faltas, ou em caso de vaga, pelos respectivos suplentes. **Título VI - Das Demonstrações Financeiras e da Destinação do Lucro Líquido**: **Artigo 19 -** O exercício social coincide com o ano civil, terminando, portanto, em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras; e do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda. **§ Único -** Será levantado balanço semestral em 30 de junho de cada ano. **Artigo 20 -** Juntamente com as demonstrações financeiras a Diretoria apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido, obedecendo a seguinte ordem de dedução, na forma da lei: a) 5% (cinco por cento) para a Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social; b) as importâncias que, legalmente, puderem ser destinadas a Reservas para Contingências; c) a quota necessária ao pagamento de um dividendo que represente, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações. Os dividendos serão declarados com integral respeito aos direitos, preferências, vantagens e prioridades das ações então existentes, segundo os termos da lei e deste estatuto, e, quando for o caso, as resoluções da Assembleia Geral. Por conta dessa distribuição será declarado um dividendo quando do levantamento do balanço do primeiro semestre de cada exercício social. **§ 1º -** O saldo, se houver, terá o destino que, por proposta da Diretoria, for deliberado pela Assembleia Geral, inclusive o seguinte: a) até 90% (noventa por cento) à Reserva para Aumento de Capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais, até atingir o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social; b) o remanescente, à Reserva Especial para Dividendos com o fim de garantir a continuidade da distribuição semestral de dividendos, até atingir o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. **§ 2º -** Como previsto no artigo 197 e seus parágrafos da Lei de Sociedades por Ações, no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos deste estatuto ou do artigo 202 da mesma lei, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. **§ 3º -** As reservas provenientes de lucros auferidos e lucros suspensos, inclusive a reserva legal, não poderão ultrapassar o capital social; atingido esse limite, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos. **§ 4º -** A Assembleia Geral poderá atribuir à Diretoria uma participação nos lucros nos casos, forma e limites legais. **§ 5º -** A distribuição de dividendos e bonificações obedecerá aos prazos fixados em lei. **Artigo 21 -** Os balanços serão obrigatoriamente auditados por auditores independentes, registrados na Comissão de Valores Mobiliários. Tais auditores serão escolhidos e/ou destituídos pela Diretoria, observado, quando for o caso, o disposto no parágrafo 2º do artigo 142 da Lei de Sociedades por Ações. **Título VII - Da Liquidação da Sociedade: Artigo 22 -** A sociedade entrará em liquidação nos casos legais.". Nada mais a tratar, foi encerrada a reunião, que atendeu a todas as formalidades legais, da qual se lavrou esta ata. **Mesa:** Rubens Bution - Presidente. Antonio José Ambrozano Neto - Secretário. **Os Acionistas: Administradora Fortaleza Ltda.** Aloysio de Andrade Faria - Diretor. **Banco Alfa de Investimento S.A.** Antonio José Ambrozano Neto. Fabiano Siqueira de Oliveira. **BRI Participações Ltda**. Flávio Márcio Passos Barreto. Marco Aurélio Neto Arnes. Esta ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. Rubens Bution - Presidente da Mesa; Antonio José Ambrozano Neto - Secretário. Certidão: Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 140.798/18-3, em 21.03.2018. Flávia R. Britto Gonçalves - Secretária Geral.

PROPECUS AGROPECUÁRIA S/A

PROPECUS AGROPECUÁRIA S.A.

CNPJ nº 01.299.251/0001-81

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais - R$, exceto o prejuízo líquido por ação)

Relatório da Diretoria: Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2017, sendo que as notas explicativas e o relatório dos auditores independentes encontram-se disponíveis na sede da Companhia.

Balanços patrimoniais	2017	2016	2015
Ativo/Circulante:		**(reapresentado)**	
Caixa e equivalentes de caixa	**5.555**	274	5.032
Clientes	**883**	178	–
Estoques	**3.201**	3.377	268
Instrumentos financeiros	–	576	–
Ativo biológico	**18.797**	12.197	15.473
Outros créditos	**122**	55	57
Total do ativo circulante	**28.558**	16.657	20.830
Não circulante: Depósitos judiciais	–	22	48
Impostos e contribuições a compensar	**1.355**	1.302	1.292
IR e CS diferidos	–	–	1.027
Imobilizado	**18.630**	20.722	22.051
Total do ativo não circulante	**19.985**	22.046	24.418
Total do ativo	**48.543**	38.703	45.248
Passivo e patrimônio líquido: Circulante			
Fornecedores	**3.986**	464	354
Empréstimos e financiamentos	**4.119**	3.201	9.740
Obrigações tributárias	**38**	3	65
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	**80**	65	127
Instrumentos financeiros	–	–	140
Outras obrigações	–	–	22
Total do passivo circulante	**8.223**	3.733	10.448
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	**2.574**	3.541	4.780
IR e CS diferidos	**2.126**	598	–
Provisão para demandas judiciais	–	22	20
Total do passivo não circulante	**4.700**	4.161	4.800
Patrimônio líquido			
Capital social	**59.286**	56.286	48.286
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	1.500	8.000
Prejuízos acumulados	**(23.666)**	(26.977)	(26.286)
Total do patrimônio líquido	**35.620**	30.809	30.000
Total do passivo e patrimônio líquido	**48.543**	38.703	45.248

Demonstrações resultados abrangentes	2017	(reapresentado)	2016
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	**3.311**		(691)
Total dos resultados abrangentes do exercício	**3.311**		(691)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	AFAC	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (reapresentado)	**48.286**	**8.000**	**(26.286)**	**30.000**
Integralização AFAC - AGO 28/03/2016/JUCESP 24/05/2016	**8.000**	**(8.000)**	–	–
AFAC - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - 16/11/2015	–	**1.500**	–	**1.500**
Prejuízo do exercício	–	–	**(691)**	**(691)**
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (reapresentado)	**56.286**	**1.500**	**(26.977)**	**30.809**
Integralização AFAC - AGO 28/03/2017-JUCESP 12/05/2017	**1.500**	**(1.500)**	–	–
Integralização AFAC - AGE 31/10/2017-JUCESP 20/12/2017	**1.500**	–	–	**1.500**
Lucro do exercício	–	–	**3.311**	**3.311**
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**59.286**	–	**(23.666)**	**35.620**

Demonstrações resultados (*)(reapresentado)	2017	(*)2016
Receita operacional líquida	**15.812**	14.135
Ganho/(Perda) na avaliação dos ativos biológicos	**6.254**	1.830
Custo dos produtos vendidos	**(14.867)**	(15.940)
Lucro (prejuízo) bruto	**7.199**	25
Despesas operacionais: Gerais e administrativas	**(2.016)**	(1.699)
Outras despesas operacionais, líquidas	**(768)**	(20)
Resultado operacional	**4.415**	(1.694)
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	**1.289**	3.700
Despesas financeiras	**(761)**	(1.072)
Lucro/(Prejuízo) antes do IR e da CS	**4.943**	934
IR e CS diferidos	**(1.632)**	(1.625)
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	**3.311**	(691)
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício por ação - R$	**0,128**	(0,027)

Demonstrações dos fluxos de caixa (*)(reapresentado)	2017	(*)2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Lucro antes do IR e da CS	**4.943**	934
Ajustes para conciliar o prejuízo antes do IR e da CS:		
Depreciação	**1.276**	1.450
Variação do valor justo dos ativos biológicos	**(6.254)**	(1.830)
Resultado na venda de bens do ativo imobilizado	**1.157**	241
Provisões de juros e variações monetárias	**513**	646
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	**576**	(716)
Provisões para demandas judiciais	**(22)**	2
(Aumento) redução nos ativos operacionais:	**2017**	**(*)2016**
Clientes	**(705)**	(178)
Estoques	**175**	(3.109)
Impostos e contribuições a compensar	**(157)**	(10)
Ativo biológico	**(346)**	5.106
Outros créditos e depósitos judiciais	**(44)**	29
Aumento (redução) passivos operacionais:		
Fornecedores	**3.522**	110
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	**15**	(62)
Obrigações tributárias	**35**	(62)
Outras obrigações	–	(22)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	**(538)**	(1.052)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**4.146**	1.477
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
Aquisição de imobilizado	**(342)**	(362)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	**(342)**	(362)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:		
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	1.500
Integralização de capital	**1.500**	–
Captação de empréstimos e financiamentos	**4.200**	1.800
Amortização de empréstimos e financiamentos	**(4.223)**	(9.173)
Caixa líquido gerado pelas/(aplicado nas) atividades de financiamento	**1.477**	**(5.873)**
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**5.281**	(4.758)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**274**	5.032
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**5.555**	274
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**5.281**	(4.758)

A Diretoria Contador - Odair da Silva Ribeiro - CRC nº 1 SP 208130/O-0

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 27/03/2018 07:56:53.
Nº de Série do Certificado: 2FBFF231F67953761A5B98E81155C319BC912C6E
[Ticket: 27249357] - www.imprensaoficial.com.br